**ANEXO XXI (ART. 19, INCISO II E ART.61 )- MODELO DE JUSTIFICATIVA – LEI 14.133/21**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO - EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA - SERVIÇOS Processo Administrativo n. *(...)***

Exmo. Sr.

............................................. (nome do investido como Autoridade Superior)

............................................. (Cargo da Autoridade Superior)

A solicitação ...................................... (coloque o nº da solicitação) refere à contratação da ............................................................... (qualificação da pessoa física ou jurídica), com dispensa de licitação, para prestação dos serviços de .................................................................................... (descrever o serviço) para emprego ....................................................................................... (designar Secretaria e ou Departamento que irá receber a contratação) no que importa o atendimento na ......................................

........................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... (descrever qual o emprego/necessidade do serviço a ser adquirido).

A Dispensa do Processo Licitatório se lastreia em situação emergencial (ou de calamidade pública) ocorrida na............................................. (descrever a ocorrência de emergência ou calamidade) conforme regramento do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.

São os seguintes apontamentos que clarificam a contratação emergencial:

I - ............................................ (descrever todo o histórico que desencadeou na situação emergencial ou de calamidade).

II - Haverá ............................................. (escrever se “prejuízo” ou “comprometimento” ou, ainda, “os dois”) a segurança de .................................................. (escrever se “pessoas”, ou “obras”, ou “serviços”, ou “equipamentos” ou “outros bens públicos ou particulares” ou, ainda, “a conjugação destes”).

III - A composição qualitativa e quantitativa da contratação emergencial é erigida para perfeito e eficiente atendimento à situação emergencial (ou calamitosa), entretanto, excluindo-se todo serviço não relacionado ao mesmo, mantendo-se as condições mínimas necessárias.

IV - A composição temporal da contratação emergencial será limitada, ao máximo, em 1 (um) ano corrido.

No que importa a deflagração de Decreto instituidor da situação emergencial (ou calamitosa), é dever informar que ............................................... (“há Decreto” ou “não há Decreto”. Em havendo Decreto, informar a numeração e data - É sempre prudente a deflagração por Decreto. Em não havendo Decreto, trazer a argumentação em continuidade ao texto: “Salvo mais elevado entendimento, a caracterização emergencial ou calamitosa prescinde de Decreto instituidor, como, a propósito, nossos Pretórios assim tem decidido. Ademais, o Tribunal de Contas da União, em decisão recuada, afirmou que *“A contratação emergencial se dá em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização. A partir dessa verificação de efeitos, sopesa-se a imperatividade da contratação emergencial e avalia-se a pertinência da aplicação, pelo administrador, da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações” -* [*AC-1138-15/11-P*](https://contas.tcu.gov.br/portaltextual/MostraDocumento?lnk=(AC-1138-15/11-P)%5bNUMD%5d%5bB001%5d)*, Sessão: 04/05/11, Grupo: II Classe: VII Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR”*”).

De outra parte, é deve trazer à cola que a situação emergencial ou calamitosa se procedeu ............................................................. (descrever se é por “forma natural/acidental” ou por “perda de prazo para eventual ação/procedimento”).

Não obstante a contratação seja alicerçada sem a disputa (*lato sensu*), não se pode olvidar, entretanto, que esta (contratação) se apoie firmemente em princípios explícitos e implícitos que regem o atuar administrativo, tais como os da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, publicidade, moralidade e, notadamente, o da “isonomia”, na medida que a contratação da .......................................... (qualificação da pessoa física ou jurídica) obedeceu a critérios de disputa (*stricto sensu*) de buscar a proposta mais vantajosa à administração.

Em se prendendo à proposta (contratação) da .......................................... (qualificação da pessoa física ou jurídica), tem-se que a vantajosidade se estabeleceu por .......................................................................

...................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... (descrever o parâmetro que definiu a contratação como a mais vantajosa para a administração).

Portanto, a contratação direta (com dispensa de licitação) possui albergue, na medida que, em síntese, concorre as seguintes situações:

* Há disposição legal (restrita) amparando a contratação, conforme art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.
* Fora trazido à pré-contratação, pelo menos 03 (três) propostas de ................................. (pessoa física ou jurídica) que detenha qualificação suficiente para execução do objeto.
* Restou definição objetiva para definição da proposta mais vantajosa à administração (conforme apontamentos supra).
* O valor previamente estimado da contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos (pesquisa de preço) e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 23 da Lei nº 14.133/2021).

Definido, portanto, as condições que autorizam a contratação direta (dispensa de licitação), força trazer informações que quantifica e qualifica a contratação:

* As especificações qualitativas foram alicerçadas, objetivamente, no ......................................... ...................................................................................................................................................................................................................................................................................... (descrever em quais conceitos objetivos chegou-se ao entendimento de que determinadas características da prestação de serviços atende ao interesse público, sobretudo, em questões de capacidade técnica: corpo técnico, atestado de capacidade técnicas, equipamentos, etc.).
* As condições quantitativas, tem-se por certo que estas foram erigidas por ............................... ................................................................................................................................................................................................................................................. (média apurada das últimas contratações e/ou Tabela SIOPE e/ou Tabela SINAPI e/ou prévia pesquisa mercadológica) exercícios e, considerando, ainda as seguintes ações: (rol exemplificativo)
	+ ................................... (área socorrida com o serviço)
	+ ................................... (setor administrativo que necessita do serviço para assegurar a continuidade de programas, ações, etc.)
	+ ................................... (número de unidades municipais em que ocorrerá o serviço)
	+ ................................... (dados da última contratação licitada)

................................... (se se trata de contratos de natureza continuada - - art. 106, Lei 14.133/2021)

................................... (projetos descritos no PPA - art. 105, Lei nº 14.133/2021)

As informações detalhadas estão contidas no Termo de Referência Padrão anexo.

Sem mais, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Secretário Municipal de ..................